

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	129

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN

Fabrcia Dantas de Souza

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Angicos - RN

Anne Karoline Silva Felix

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Caraúbas - RN

Janaína Maria Silva Holanda

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Mossoró - RN

RESUMO: Este artigo faz um diálogo entre Educação e o Serviço Social, interligados desde os primórdios da profissão, mas problematizada de forma mais ampla nas últimas décadas. Foi elaborado a partir da revisão de literatura e relatos de assistentes sociais que atuam na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, no Rio Grande do Norte, tendo como recorte, o exercício profissional na educação superior. Nossa intenção é contribuir de forma reflexiva para uma atuação profissional pautada na ética e na garantia de direitos. Não temos a pretensão de esgotar discussões sobre a temática, mas socializar saberes para potencializar o exercício profissional na educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Serviço Social; Exercício Profissional.

ABSTRACT: This article carries out a dialogue between Education and Social Work, nonetheless interlinked since the beginning of the profession, however it has been more questioned over the last decades. It has been made from a revision of the literature and testimonies of social workers that has been working at Federal University of Semi-arid - UFRSA in Rio Grande do Norte, though having as a pattern the role of the social workers in undergraduate education. Our intention is to contribute in a reflexive way for a professional performance based on ethic and reassuring the rights. We don't intend to exhaust the discussion about the issue, but share knowledges to boost the acknowledgement of the social work in undergraduate education.

KEYWORDS: Undergraduate Education; Social Work; Professional Performance.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, despontaram no Brasil desafios históricos, principalmente no que se refere à concretização de avanços teóricos/legais expressos na Constituição de 1988. Ampliou-se o debate sobre as políticas sociais, no contexto das lutas pela

democratização do Estado e da sociedade. Desde os anos 1990 é possível observar mudanças decorrentes da atuação de novos interlocutores no campo das políticas sociais, sobretudo na área da educação, compreendida como direito de todos e dever do Estado.

O Serviço Social e a política de Educação possuem um caminho de diálogo que vem sendo percorrido desde os primórdios da profissão, mas, apesar disso, é um diálogo que precisa ser construído e reconstruído na direção da garantia de direitos. O foco do debate do Serviço Social na Escola passa a ser Serviço Social na Educação, demonstrando a necessidade de ampliação dessa discussão, que traz grandes contribuições para a profissão, gerando um gradual acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político no direcionamento do exercício profissional nessa área.

Considerando a atuação do assistente social nas políticas sociais setoriais, o presente trabalho visa tecer reflexões acerca da inserção e da especificidade da atuação deste profissional na área da educação, em especial nas instituições de ensino superior. O objetivo central é conhecer a concepção de assistentes sociais acerca da política pública de Educação e a concepção de Serviço Social na Educação que orienta suas experiências de trabalho.

Esse trabalho teve uma abordagem metodológica qualitativa, com a utilização da pesquisa bibliográfica, em produções teóricas e legislações que subsidiam o ingresso e desenvolvimento do assistente social na educação, bem como da entrevista, realizada com assistentes sociais que atuam na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Atualmente, a instituição conta com 10 (dez) assistentes sociais no seu quadro de pessoal, sendo que 3 (três) destas estão envolvidas na realização da presente pesquisa. Assim, as demais foram convidadas a participar como interlocutoras. De 7 (sete) assistentes sociais, 5 (cinco) tiveram disponibilidade, dessa forma, correspondente a 50% do total de profissionais em atividade na instituição.

Para melhor organização didática das informações, o trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte versa sobre a inserção do Serviço Social na educação, destacando o viés histórico e legal. Traz dados que retratam a desigualdade social da população brasileira no tocante ao acesso à educação e discute ainda a centralidade que esta possui na dinâmica da vida social; o seu significado nos processos de transformação social e o seu lugar no âmbito das lutas sociais, contraditoriamente, para atender aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo que, constitui-se como instrumento para a emancipação humana.

Na segunda parte, são apresentados os resultados da pesquisa com as assistentes sociais da UFERSA/RN, com análises sucintas sobre o discurso apresentado. Por fim, são expostas as considerações finais. Esse é um ensaio, um esforço preliminar de elucidar a concepção de educação que orienta o exercício profissional das assistentes sociais da UFERSA, sendo possibilidade de fomento de novos estudos e discussões

sobre o aprimoramento da atuação do assistente social na educação superior.

2 | SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UM CAMINHO DE DIÁLOGO

Embora se tenha informação de experiências de assistentes sociais na área de educação desde a origem da profissão (década de 1930), é a partir da década de 1990 que a atuação profissional passa a ser mais debatida e socializada por meio de pesquisas e publicações. Conforme Silva (2012):

A única dimensão que podemos considerar como recente é o adensamento da discussão e das experiências que vêm criando espaços de discussões e articulações desencadeando processos, em vários municípios e estados do Brasil, pelos mais diversos grupos de pessoas (p. 15).

A ampliação da discussão sobre Serviço Social na Educação é resultante não só de um processo de maturidade intelectual e da organização política da categoria profissional que nesta perspectiva, “contribui para a consolidação de um empreendimento conjunto que envolve o meio acadêmico e profissional” (ALMEIDA, 2000, p.5), mas também em razão da progressiva inserção de assistentes sociais na Educação, em especial, nas universidades e nos institutos de ensino técnico e tecnológico, ocorrido em decorrência da expansão do ensino superior. O Ensino técnico refere-se àquele integrado ao ensino médio com a capacitação do aluno para diversas áreas técnicas. Ensino tecnológico refere-se à oferta de cursos de nível superior de curta duração, com ingresso a partir da conclusão do Ensino Médio e a participação em um processo seletivo, como Vestibular ou Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC comprovam essa informação, tendo em vista que, em 2010 tinha-se o número de 2.930 (dois mil, novecentos e trinta) assistentes sociais inseridos na categoria de técnicos administrativos em Educação distribuídos em 63 universidades federais. Em 2015 esse número passou para 3.199 (três mil cento e noventa e nove). A categoria de técnico administrativo em educação refere-se àquela constituída por servidores integrantes do quadro permanente, que exerçam atividades de apoio técnico-administrativas e operacionais, necessárias ao cumprimento dos objetivos da universidade. Compreende servidores de nível auxiliar, nível intermediário e nível superior, que podem possuir lotação em qualquer unidade acadêmica, administrativa, ou em órgão suplementar da instituição, observados a formação e o cargo que ocupa.

Essa expansão é ainda mais expressiva nos institutos federais de ciência e tecnologia, em que se tinha o total de 372 (trezentos e setenta e dois) assistentes sociais em seus quadros em 2012, passando para 643 (seiscentos e quarenta e três) assistentes sociais em 2015. Ou seja, em apenas três anos obteve-se a expansão de 42% desse número de profissionais nos institutos, chamados a intervir prioritariamente

na assistência estudantil, no âmbito do ensino superior.

A vinculação do Serviço Social com a Educação teve origem com a requisição da classe dominante por formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2012, p.16).

Os registros das primeiras experiências do Serviço Social na Educação dão conta de uma atuação pontual, beneficente, simples mediadora de conflitos e multiplicadora da dependência ao assistencial (SOUZA, 2012). Predominava a visão de ajustamento social sob a influência da matriz de pensamento positivista em que a família era considerada a grande responsável pelas dificuldades e pelo baixo grau de escolaridade dos alunos, situação gerada a partir da insuficiência de recursos financeiros, que definia o nível inferior na aprendizagem.

Observamos ao longo dos anos a mudança na constituição histórica das relações entre Serviço Social e Educação com relação às racionalidades políticas e às formas de intervenção. Na atualidade a atuação do assistente social na educação está fundada na perspectiva da transformação e defesa da educação como um direito social de fato. A atuação desse profissional, conforme Almeida 2005, expressa:

Uma tendência da compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, 2005, p.6)

O Serviço Social e a Educação além de possuírem uma forte articulação histórica, tendo em vista que, ambos são marcados pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias situados historicamente, possuem ainda um “caminho de diálogo” (DENTZ E SILVA, 2015) a ser fortalecido, considerando que a atuação profissional do assistente social nessa política, intervindo diretamente nas expressões da questão social contribui diretamente para a garantia de direitos.

Na sua intervenção o assistente social é requisitado a lidar com as múltiplas expressões da questão social, base da fundação sócio-histórica da profissão, que se expressam através das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais (CFESS, 2012), bem como é chamado a decifrar as novas mediações por meio das quais são expressas essas desigualdades. Tomamos aqui como referência o conceito de Questão Social trazido por Yamamoto (2009):

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Nas palavras de Almeida: “a política educacional é, assim, expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA, 2000, p.4). Tomando por base Yamamoto (2009) tenhamos presente a importância para o trabalho profissional de tomar “um banho de realidade brasileira”, através de dados, informações e indicadores que permitam identificar as expressões particulares da questão social relacionadas à Educação, assim como os processos sociais que a produzem no Brasil.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) a concentração de renda no Brasil, está entre as 10 (dez) piores do mundo, haja vista que, os 10% mais ricos da população ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com apenas 1,1% (CENSO, 2010). A situação de extrema desigualdade reflete no acesso às políticas sociais. Em 2011, 58,4% dos brasileiros apresentaram algum tipo de carência social relacionado a atraso educacional, acesso à seguridade, qualidade dos domicílios e acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia (IBGE, 2012).

O acesso à Educação corresponde a uma das três dimensões que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, juntamente com saúde e renda. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 o Brasil possui o IDH de 0,755 e ocupa a 75ª posição no ranking mundial, o que nos remete a reconhecer que no Brasil não se tem as condições ideais para se ter uma vida longa e saudável, para acesso ao conhecimento como requisito para a dignidade e auto-estima, nem à renda suficiente para o custeio das necessidades básicas. O IDH corresponde a um indicador numérico desenvolvido pelo PNUD que pretende representar de maneira sintética o desenvolvimento humano através dos três componentes principais: educação, saúde e renda.

Para o IBGE o acesso à educação também constitui-se num importante componente para mensuração do índice de desenvolvimento de uma sociedade. De fato,

A escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo é considerada essencial para avaliar a eficácia do sistema educacional de um país, bem como a capacidade de uma sociedade de combater a pobreza e melhorar a coesão social. (IBGE, 2009, p. 40).

O percentual de escolaridade da população jovem de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo no Brasil é considerado extremamente baixo, pois revela que apenas 38,6% dos jovens nessa faixa etária conseguem atingir 11 anos de estudo. De acordo com o Censo 2010 a expectativa de anos de estudo é de apenas 9,54 anos.

As informações do Censo 2010 comprovam que há uma discrepância ainda maior quando observamos que as pessoas negras e/ou indígenas têm acesso mais limitado ao sistema educacional, considerando que 40,7% das pessoas de 18 a 24 anos com 11 anos de estudo são brancas contra 33,3% de pessoas de cor negra.

Ainda com relação a esse indicador, verificamos também a disparidade em decorrência da região. No Sudeste, a proporção é de 43,8% enquanto na Região Nordeste, região marcada por graves problemas sociais, caracterizados pelos longos períodos de estiagem, essa taxa é de apenas 29,2%. A desigualdade de acesso também está presente dentro a população urbana e rural. A média de anos de estudo da população urbana corresponde a 7,5, enquanto a população rural é de 4,5.

Essa desigualdade se expressa tanto na taxa de analfabetismo das pessoas de 18 anos ou mais, como na maioria dos indicadores sociais. Em 2010 a taxa de analfabetismo no Brasil é de 10,19%, o que corresponde a um contingente de 14,2 milhões de pessoas. Destas, 67,8% se declara de cor preta ou parda e 53% está concentrada na Região Nordeste.

No Estado do Rio Grande do Norte, a taxa de analfabetismo é de 19,74% (CENSO, 2010), média acima da realidade nacional. Na capital Natal, esse índice atinge 8,73% da população, conforme o mesmo censo.

Frente aos dados expostos acima reconhecemos que a relação trabalho-educação engendra contradições que são particulares das formações sociais capitalistas, acentuando-as principalmente em situações onde as desigualdades sociais cristalizam-se como componente necessário do modelo de concentração e centralização da riqueza, como no caso do Brasil (ALMEIDA, 2000, p.69).

Além disso, fica posta a centralidade da Educação na dinâmica da vida social, bem como, a representação que ela possui para compreensão das novas perspectivas de atuação do assistente social, delineadas a partir das mudanças ocorridas na política educacional, baseadas na reforma do ensino universitário e nas mudanças decorrentes das transformações operadas no mundo do trabalho e da cultura.

3 I A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS DA UFRS

A política de educação é resultante das formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista e conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Trata-se de um campo de projetos educacionais distintos, polarizados por classes sociais antagônicas que procuram assegurar as condições necessárias à reprodução do capital e concomitantemente atender a demanda por escolarização da classe trabalhadora. Desse processo resulta um constante movimento de negação e reconhecimento da política de educação enquanto direito social.

Sobre a concepção da política pública de educação, as assistentes sociais entrevistadas demonstraram o seguinte entendimento:

A concepção de política de educação que fundamenta minhas experiências de trabalho estão baseadas nas leis que regulamentam tal política, tais como a

Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entre outras, bem como, nas publicações do conjunto CFESS/CRESS sobre tal política que iluminam e orientam nossa prática, especialmente os Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação. No geral, tal qual está garantido na Carta Magna, a educação deve ser encarada como direito de todos e dever do Estado e da família assegurá-la, porém, em tempos de crise e de influência mercadológica temos que lutar para que esse direito ao acesso e permanência na universidade pública, gratuita e qualidade não se perca, mas, com todos os desafios e limitações seja garantido e usufruído por aqueles de direito". (Assistente Social 4)

A política de Educação não é efetivada no Brasil como um direito social universalmente garantido. A sua operacionalização revela uma trajetória marcada pela exclusão da classe trabalhadora e isso encontra-se implícito na fala das entrevistadas, que trazem a concepção da política de educação atrelada a um direcionamento político inserido no âmbito das lutas sociais em defesa do acesso à Educação.

Podemos aferir, desta forma, que a concepção da política de educação trazidas por essas profissionais está associada à luta pela ampliação e consolidação da educação pública e de qualidade, buscando superar as desigualdades sociais, fruto da sociedade capitalista de classes e agudizada de forma violenta na realidade brasileira.

Na perspectiva do capital, a educação atua como estratégia ideológica para controlar a classe trabalhadora e ao mesmo tempo responder à necessidade da formação de novos trabalhadores para atender as exigências do mercado. No outro sentido, a Educação como resposta à classe trabalhadora se converte na possibilidade de uma educação como atividade humana autorrealizadora, tendo como perspectiva a educação emancipadora. Essa questão também esteve presente no discurso das entrevistadas.

Política de educação enquanto direito social público, que possui uma importante função na formação do ser social, na sua reprodução e nas relações. Ela pode ser tanto instrumento de consenso com a ideologia capitalista, quanto instrumento de emancipação e construção de novos paradigmas. Neste viés emancipador ela deve ser permeada pela garantia do respeito à universalidade, aos direitos humanos, livre de preconceitos e democrática. (Assistente Social 1)

A concepção de direito social em construção, de uma política que tem em si tanto o potencial de emponderar e promover a emancipação social, quanto de ser (e o é) utilizada como ferramenta alienante nos processos sociais e ético-políticos que perpassam as relações do dia a dia. (Assistente Social 2)

A educação integra a categoria do trabalho e a sua concretização se faz a partir da mediação entre indivíduo e sociedade, exercendo seu papel principal na subjetividade, uma vez que age na consciência para induzir a agir de determinada forma. Nesse sentido, a atividade educativa propicia ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos e, nessa direção, pode contribuir de forma efetiva para a emancipação humana, partindo de requisitos dentre os quais Tonet (2001) destaca:

A compreensão, o mais ampla e profunda possível, da situação do mundo atual, da lógica que preside fundamentalmente a sociabilidade regida pelo capital; das características essenciais da crise por que passa esta forma de sociabilidade; das consequências que daí advêm para o processo da autoconstrução humana; da maneira como esta crise se manifesta nos diversos campos da atividade humana e também como esta crise se apresenta na realidade local e nacional (p. 149).

Para Meszáros (2008), o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto-mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica diferente. Essa é a base de uma educação, nos seus termos, “libertadora”, que transforma o trabalhador em um agente político, que pensa, que age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo.

O CFESS (2012) admite que a educação, ainda que sob o prisma do capital, contribui para o estabelecimento de consensos necessários a reprodução do sistema capitalista, mas, também, ergue-se as bases da educação emancipadora. Conforme sinalizado por Paulo Freire (1988) é possível traçar processos de autoconsciência a partir de ações políticas que produzam uma contra hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que penetre nos modos de vida dos sujeitos singulares e sociais e das instituições.

Além de compartilhar suas concepções, a preocupação com a efetivação da política no exercício profissional esteve presente na fala das assistentes sociais entrevistadas:

[..] No nosso fazer enquanto Assistentes Sociais vivemos a contradição de conviver com regras que nem sempre estão aliadas ao nosso ideal emancipatório. Contudo, dentro de nossa relativa autonomia, limitada por resoluções e leis maiores do que nós, devemos incentivar nossos usuários a pensarem a respeito dos modelos educacionais que temos e da educação que queremos, na perspectiva de uma construção coletiva contínua. Não é fácil, até porque vivemos um momento da história em que as pessoas, com raras exceções, estão desacreditadas e preferem sucumbir ao comodismo do que se aventurar à luta por mudanças. Outra dificuldade, mais ligada ao contexto pessoal, é que esse movimento pode (e deve) implicar numa visão crítica de nosso próprio trabalho impulsionando novos métodos/abordagens e novas visões a respeito de nossos usuários, o que nem sempre é fácil de conceber e lidar. (Assistente Social 2)

Minha concepção sobre a política de educação brasileira está voltada no direito social e dever político (art. 6º, CF 88). Sobre essa concepção, minhas experiências estão voltadas sobre os nortes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que trata prioritariamente da permanência do aluno na universidade. Porém, por vezes, e infelizmente, o fazer político distorce o juízo da questão social em percepção de dever moral, em “questão de dever moral”, de facultar assistência aos pobres; ao invés do reconhecimento do direito social, do “todos”, do fundamental, tornando o entrave da despolitização uma das maiores lutas do assistente social que trabalha na assistência estudantil. (Assistente Social 3)

Contudo, apesar do reconhecimento da necessidade da luta do assistente social por uma educação pública, gratuita e de qualidade, foi possível identificar percepções lineares e estanques da política de educação, como se a instituição das políticas sociais fosse unilateral, como se dependesse apenas da necessidade do mercado e da iniciativa do governo, desconsiderando o componente de luta social e de disputa entre as classes, tensionada por projetos educacionais distintos, como já mencionado em outras falas:

Confesso que não tenho leitura sobre a política de educação brasileira. O meu entendimento sobre a questão é de que Constituição Federal estabelece em seu art. 6º, a educação como direito fundamental. A política de educação nada mais é do que um conjunto de medidas adotadas pelo governo para garantir o acesso e a permanência na escola, com a finalidade de elevar a escolaridade da população. Vale ressaltar que, a política de educação ao longo dos anos tem mudado na perspectiva de atender as necessidades do mercado, melhorando a qualidade da mão de obra. Enquanto profissional luto por uma política de educação pública gratuita e de qualidade enquanto instrumento de transformação da sociedade. Política de educação pública inclusiva e de qualidade enquanto instrumento de transformação da sociedade. (Assistente Social 5)

Em linhas gerais, é possível depreender, através das falas das assistentes sociais da UFERSA/RN, uma concepção de Educação alinhada ao projeto ético-político da profissão e respaldada nos Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Educação, que direciona o entendimento da educação como:

Um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante (CFESS, 2012, p. 16).

O significado da educação encontra-se circunscrito nos processos de transformação social e tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade do capital e das suas formas de opressão, ao mesmo tempo em que se constitui como estratégia de manutenção desse projeto societário vigente. A função social da Educação assim como do Serviço Social encontra-se inter-relacionada às contradições existentes na sociedade de classes.

É importante para este trabalho vincular a Educação à questão da Emancipação Humana, categoria que por estar relacionada ao princípio de liberdade, princípio fundamental que rege o Projeto Ético-Político do Serviço Social, deve estar sintonizado com o conceito de Educação que deve nortear a prática do assistente social na Educação. De acordo com Tonet (2001), Marx resume a emancipação humana

de forma bem simples, como o conjunto de uma nova forma de sociabilidade ou simplesmente comunismo, uma vez que a lógica do capital não permite a realização plena dos indivíduos e sim sua reprodução. O comunismo é uma categoria deformada pelos embates de luta ideológica, dada incompreensão da natureza da obra de Marx, com relação a esse sistema, o que extrapola os limites de nossa discussão.

O que é importante destacar aqui refere-se à transposição do conceito de emancipação humana para as práticas educativas. Para Tonet (2001), a emancipação humana é um fenômeno na realidade atual, mas a sua existência é apenas uma possibilidade, algo em potencial e consiste no sinônimo de liberdade plena, embora não se constitua como um conceito único, de uma forma geral faz uma oposição radical à atual ordem social.

Assim o conceito de educação, na direção da emancipação humana, parece orientar a prática profissional do assistente social inserida na Ufersa/RN, tornando esse espaço sócio-ocupacional não o único, mas um locus privilegiado da dimensão educativa da profissão. No entanto, é preciso salientar o aprofundamento das discussões acerca da política de educação para que a mesma possa de fato ser efetivada e melhor trabalhada no exercício profissional, tendo em vista as significativas mudanças no contexto econômico, político e social do país, que impacta diretamente as políticas sociais e o trabalho do assistente social.

4 | CONCLUSÃO

A produção ora apresentada traz reflexões acerca da atuação do Serviço Social na política da educação superior. Nessa perspectiva, é evidenciado que a atuação do(a) assistente social na educação vem sendo problematizada e discutida nas últimas décadas, de forma mais ampla, sem delimitar uma modalidade específica de ensino. Ou seja, vem discutindo a inserção profissional do Serviço Social de uma forma mais geral, sem especificar a atuação na educação básica, superior ou profissional e tecnológica.

Contudo, se faz necessário, o claro entendimento de que esse processo é dinâmico e sofre constante mudança, o que requer do(a) assistente social compromisso incessante com o projeto ético-político da profissão e com a luta em defesa de uma educação inclusiva, de qualidade, garantindo o respeito à diversidade humana, como direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre de identidade de gênero com vistas a consolidar uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica.

É preciso entender a educação como um complexo social, terreno de formação dos sujeitos, de exercício da democracia e ampliação da cidadania. Atuar nesse espaço requer dos(as) assistentes sociais, aprendizado diário e atualização constante, daí a necessidade dos debates, criação de comissões, GTs, núcleos, câmaras temáticas,

fóruns permanentes de discussões, conselhos, etc. Fortalecer a participação da categoria e articulação com as entidades representativas como o conjunto CEFESS/ CRESS e ABEPSS, além de outras categorias profissionais é outra necessidade para a consolidação da atuação do(a) assistente social na área da educação superior. Por fim, é indispensável aprofundamento teórico, político e metodológico, já que não se esgota o potencial e o alcance do trabalho profissional, direcionada para a garantia de acesso, permanência, gestão democrática e da qualidade da educação, como um direito social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na Educação**. Revista Inscrita. Brasília:CFESS, ano III, n.6, Jul 2000.

_____. **Educação Pública e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.63 São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em: http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_occupacionais1.pdf. Acesso: Maio/2015.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: Maio/2015.

CATTANI, Antonio David. OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs). **A sociedade justa e seus inimigos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 3. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social**: Em questão. Brasília: CFESS, 2012.

_____. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. Revista Ser Social. Brasília, v.14, n.30, p.244-258, jan/jun.2012.

DENTZ, Marta Von. SILVA, Roberto Rafael Dias. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.121. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>. Acesso: Julho/2015.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiros. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José da

(Org) **Serviço Social na Educação**: Teoria e Prática. Campinas: SP. Papel Social, 2012.

MESZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Marcela Mary José da. O lugar do Serviço Social na Educação. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org) **Serviço Social na Educação**: Teoria e Prática. Campinas, SP. Papel Social, 2012.

SOUZA, Fabrícia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior**: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil (Dissertação de Mestrado). UFRN, Natal, 2016.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na Educação**: Que saberes? Que competências? Natal: Edunp, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e Emancipação Humana** (Tese de Doutorado). UNESP, Marília, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

